

## O direito de ler\*

*O real desafio é o da crescente desigualdade: o abismo que já separava os não alfabetizados dos alfabetizados tem se alargado ainda mais. Alguns nem sequer conseguiram chegar aos jornais, aos livros e às bibliotecas, enquanto outros correm atrás de hipertextos, correio eletrônico e páginas virtuais de livros inexistentes. Seremos capazes de criar uma política do acesso ao livro que incida sobre a superação dessa crescente desigualdade? Ou nos deixaremos levar pela voragem da competição e do lucro, mesmo que a própria ideia de democracia participativa pereça nessa tentativa?*

EMILIA FERREIRO

O que vou apresentar a seguir é produto de uma construção coletiva, tanto no plano da reflexão, como no da ação. É a descrição de um projeto político que parte da convicção de que ler e escrever é um direito dos cidadãos, direito que devemos fazer cumprir e que, por sua vez, implica um dever e um compromisso de muitos.

Contudo, apesar do caráter coletivo dessa construção, empregarei, quase sempre, a primeira pessoa do

\* Conferência apresentada no Primeiro Colóquio Colombiano-Francês de Bibliotecas Públicas, "Biblioteca y sociedad", Feira Internacional do Livro de Bogotá, abril de 2005. [Transcrição editada.]

Livro: O direito de ler e de escrever  
Silvia Castellón  
Editora Bulbo do gato

singular, pois, justamente por respeito a essa coletividade e às posições divergentes, não poderia falar em nome de todos.

Parto da convicção de que a leitura não é boa nem ruim em si mesma, de que ela é um direito histórico e cultural e, portanto, político, que deve situar-se no contexto em que ocorre. Historicamente a leitura tem sido um instrumento de poder e de exclusão social: primeiro nas mãos da Igreja, que garantia para si, por meio do controle dos textos sagrados, o controle da palavra divina; em seguida, pelos governos aristocráticos e pelos poderes políticos e, atualmente, por interesses econômicos que dela tentam se beneficiar.

Estou consciente de que ao redor da leitura se movem diferentes propósitos, que a necessidade de sua democratização obedece a diversos fins e que disso depende, em grande parte, o fato de setores excluídos — não só da leitura, mas também de outras manifestações da cultura e da economia — não se apropriarem dessa prática. Em outras palavras: somente quando a leitura constituir uma necessidade sentida por grandes setores da população, e essa população considerar que a leitura pode ser um instrumento para seu benefício e for de seu interesse apropriar-se dela, poderemos pensar numa democratização da cultura letrada.

17

No entanto, deparamos aqui com um paradoxo: essa situação só poderia ocorrer à medida que os níveis de desenvolvimento melhorem e, ao mesmo tempo, diminuam as desigualdades. Infelizmente, isso não é o que acontece. Em 2003, o editorial do jornal colombiano *El Tiempo* referiu-se ao *Informe sobre desenvolvimento humano* das Nações Unidas e Planejamento Nacional, "Dez anos de desenvolvimento humano na Colômbia", e afirmou que "o modelo de desenvolvimento humano na Colômbia é excludente e injusto", pois, "embora a Colômbia tenha conseguido, apesar da crise econômica mais grave de sua história, avançar em seus índices de desenvolvimento humano na última década, a grande doença nacional continua sendo a desigualdade. [...] Assim, hoje existem mais pobres e mais desigualdade do que no início da década...". Anos se passam e a situação continua a mesma. O que significa que podemos até seguir avançando em nossos índices de desenvolvimento, mas, se esse avanço não estiver associado a uma luta corpo a corpo contra a desigualdade, elevar nossos índices de leitura *per capita* só significa aumentar a compra de livros, e não estaremos fazendo nada por uma verdadeira democratização da leitura.

Também não creio que a leitura, sozinha, permita o desenvolvimento econômico e social. Em outro editorial do jornal *El Tiempo*, por ocasião da comemoração do Dia do Livro e da abertura da Feira do Livro de Bogotá, afirmou-se que “está demonstrado que os países mais desenvolvidos detêm altos índices de leitura (entre 7 e 10 livros anuais por habitante), enquanto os povos subdesenvolvidos exibem índices precários [...] Tal é o caso da América Latina em geral...”. O trecho em destaque desse editorial dizia: “O baixo índice de leitura é um dos principais obstáculos para o desenvolvimento e o emprego na Colômbia”, ou seja: havendo mais leitura, haveria mais desenvolvimento. Na realidade, trata-se do contrário: se houvesse mais desenvolvimento, haveria mais leitura, ou, melhor dizendo, mais consumo de livros; assim como mais desenvolvimento, mais consumo de bens culturais e não culturais. Em outro trecho, *El Tiempo* afirma que “este problema deve ser encarado e resolvido como um desafio para educadores, pais de família e estudantes”. Na realidade, o problema da leitura só pode ser “encarado e resolvido” por meio de mudanças voltadas a uma mais justa e igualitária distribuição da riqueza.

Por outro lado, quando só se fala em consumo de livros, esquece-se de que possivelmente essa relação

entre países pobres e países ricos não se dá de maneira direta quando se trata de produção ou, melhor, de criação. Não necessariamente maior desenvolvimento representa cultura maior ou melhor. Felizmente, para nós, a riqueza de bens materiais não corresponde à riqueza e à diversidade cultural. Pelo contrário, essa riqueza pode, inclusive, ser destruída por aqueles que detêm o poder e os meios econômicos.

A leitura, cito novamente Emilia Ferreiro (2002), é um direito, não é um luxo, nem uma obrigação. Não é um luxo das elites que possa ser associado ao prazer e à recreação, tampouco uma obrigação imposta pela escola. É um direito de todos que, além disso, permite um exercício pleno da democracia.

Por esse motivo, estou — estamos — de acordo com a necessidade de impulsionar ações que garantam a universalização da cultura letrada. O que poderia ser matéria de discussão é o tipo de ações exigidas e a forma de desencadeá-las. E nesses pontos quero me deter um pouco mais.

Farei referências a esses tipos de ações, pois elas manifestam os interesses que as inspiram.

Há várias décadas, três ou quatro, o mundo inteiro tem promovido a leitura por meio de campanhas, planos e projetos que acabam por desviar a atenção

do verdadeiro problema, criando a ilusão de que se está fazendo algo pela leitura.

Tais campanhas, em geral, baseiam-se em palavras de ordem que pretendem nos convencer da necessidade dessa prática, sem levar em conta que nada se torna necessário — e muito menos a leitura, que é um exercício difícil, que exige um tempo cada vez mais escasso e um esforço que poucos estão dispostos a realizar — se não se tiver a íntima convicção de que ler pode ser um meio para melhorar as condições de vida e as possibilidades de ser, de estar e de atuar no mundo.

O caráter assistencialista dessas campanhas reforça essa impressão, pois algo suspeito deve se ocultar por trás de um bem que se outorga de maneira tão gratuita e como um favor, especialmente quando há tanto interesse por parte daqueles que nunca manifestaram nenhuma preocupação com o bem-estar dos mais pobres<sup>1</sup>.

1 Sobre o favor como uma das formas mais corriqueiras da prática política dos países da América Latina, García Canclini (1989, p. 74) escreve: "O favor é tão antímóderno quanto a escravidão, porém 'mais simpático' e suscetível de unir-se ao liberalismo por seu ingrediente de arbítrio, pelo jogo fluido de estima e autoestima ao qual submete o interesse material. É verdade que enquanto a modernização europeia »

Nem a filantropia nem a caridade resolvem problemas básicos de diversas ordens social e cultural, que devem merecer a atenção do Estado, e um desses problemas é o da discriminação e do desequilíbrio no que se refere à participação na cultura letrada.

Digo que essas campanhas desviam a atenção do verdadeiro problema, porque este se localiza na educação e nas possibilidades reais de acesso democrático à leitura e à escrita. Da atenção que se dedica a ambos — educação e acesso — depende a possibilidade de registrar mudanças significativas e não valorizar dados estatísticos que encubram a realidade ao medir a leitura por meio do consumo de livros por indivíduo.

E é aqui que a sociedade civil deve ter clareza, em primeiro lugar, da natureza do problema e da forma de lhe dar solução; e em segundo, dispor de espaços de participação que lhe permitam expressar-se pelo cumprimento do direito à leitura e à escrita e a uma verdadeira inclusão na cultura letrada.

» se baseia na autonomia da pessoa, na universalidade da lei, na cultura desinteressada, na remuneração objetiva e sua ética de trabalho, o favor pratica a dependência da pessoa, a exceção à regra, a cultura interessada e a remuneração por serviços pessoais.

Crcio, então, que seria necessário acordarmos sobre alguns pontos básicos.

Em primeiro lugar, é para a educação que se deve dirigir a maior parte dos esforços e, em segundo, são as bibliotecas os meios para a democratização do acesso, desde que nelas se produzam, também, importantes transformações.

Isso significaria reorientar todas as ações para essas duas instituições, isto é, dar prioridade a programas que contribuam a longo prazo para uma melhora da escola e da biblioteca, em detrimento de campanhas e planos de sensibilização que por ventura se revelem supérfluos se não produzirem transformações nessas instituições.

Reorientar os maiores esforços para a escola e a biblioteca deveria significar, também, favorecer o que em termos do mercado se chama demanda, e avaliar se os estímulos para a oferta têm realmente contribuído para melhorar a redistribuição da leitura e da luta contra a desigualdade ou se, pelo contrário, têm aumentado, ainda que sem querer, os privilégios com a bem intencionada, mas talvez equivocada, decisão de pretender democratizar a leitura com estímulos à oferta. Refiro-me, por exemplo, aos estímulos fiscais que algumas legislações estabelecem à produção de

livros, julgando que apenas por meio dela é possível promover o acesso ao livro e à leitura.

Uma vez localizadas as prioridades, e para tanto a sociedade civil pode fazer uma contribuição importante, deveria iniciar-se, também com a participação pública, um amplo debate sobre a natureza das ações que poderiam conduzir a uma transformação da escola e da biblioteca. Transformação essa que habilitasse a escola para alfabetizar, no sentido pleno da palavra, e não somente os setores privilegiados da sociedade, que de toda maneira herdam, como se herda um patrimônio familiar — segundo palavras de Delia Lerner (2001) —, sua inserção na cultura letrada. E que habilitasse a biblioteca para garantir o acesso gratuito aos materiais escritos e a outras formas em que a escrita se apresenta. Incluo aqui as possibilidades de acesso às novas tecnologias.

Em diversos encontros nacionais e regionais, a sociedade civil, organizada e impulsionada por organizações que visam abrir espaços para o debate, tem conseguido avançar na discussão sobre as políticas que a sociedade colombiana necessita para garantir o acesso à cultura escrita como um direito cidadão. Nesses debates, chegou-se a algumas conclusões que apresentarei a seguir.

Em primeiro lugar, e sem dúvida a mais importante condição, é o investimento de esforços para melhorar a formação dos docentes. O propósito de formar leitores exige professores bem formados, conscientes da necessidade de mudanças importantes na estrutura social da escola e atualizados, não por meio de cursos breves ou oficinas, mas, sim, por meio de programas de longa duração, que partam de sua prática cotidiana e que também introduzam o conhecimento da teoria e a necessidade de reflexão e do debate. Formação que lhes permita romper com a tradição de ensinar como aprenderam. Professores também formados como leitores e escritores, condição primordial para ensinar a ler e a escrever.

Em segundo lugar, uma escola bem equipada com materiais de leitura, não apenas com textos didáticos que pouco ou nada contribuem para a descoberta de que ler serve para alguma coisa, e sim, com livros e outros materiais impressos, mas não de maneira exclusiva, que permitam que a escola se converta numa "comunidade de leitores e escritores" (LERNER, 2001) e possa adiantar, dentro de todos os seus espaços, práticas de leitura e de escrita que se assemelhem às que a sociedade realiza com a linguagem escrita.

Algo que também requer atenção e reflexão é a gestão do tempo dentro da escola, que oferece cada vez menos possibilidades para a reflexão e o pensamento, sendo que ambos se relacionam diretamente com a leitura. Alunos e professores necessitam de tempo para a leitura, para a reflexão e para o debate, mais tempo para o pensamento e menos para a ação.<sup>2</sup>

Quanto à biblioteca pública, os debates citados realizados nos encontros mencionados levantou a necessidade de que as bibliotecas sejam construídas a partir de projetos das próprias comunidades, que sirvam a seus propósitos, que se convertam em verdadeiros mecanismos de acesso à cultura letrada e, portanto, que permitam democratizar esse acesso, o que significa chegar a toda a população e não de maneira quase exclusiva à escolarizada.

Uma verdadeira democracia participativa necessita de espaços que permitam a todos os cidadãos acesso à informação, ao conhecimento e às manifestações da cultura e da arte. E para que as bibliotecas se assumam como tais espaços, elas devem conceber

2 "[...] se paga tributo ao ativismo. A ação (sempre bem vista na escola) chega a tempo para justificar a obscura paixão da leitura". (MONTES, 1997, p. 4-8).

suas funções e seus serviços para esses fins. É preciso que as bibliotecas se comprometam com um objetivo político, social e cultural muito claro a partir do qual formulem seus planos de trabalho e sua programação de atividades. Preencher estatísticas de "usuários", como o jargão bibliotecário costuma designar os que visitam as bibliotecas, e atividades isoladas de um planejamento não garantem uma contribuição ao propósito de democratizar a cultura letrada.

Gostaria de mencionar uma informação que preocupou aqueles que participaram da consulta cidadã e que diz respeito às bibliotecas públicas. Trata-se da ideia de que elas possam, ainda que minimamente, autofinanciar-se, o que as leva, com demasiada frequência, a programar atividades sem relação alguma com sua função, ações essas que, por sua vez, acabam por degradá-las, ainda que lhes proporcione alguma renda (de todo modo, precária). Se quisermos nos assemelhar aos países desenvolvidos, como é desejo do jornal *El Tiempo*, deveríamos conferir como, nessas mesmas nações, nem o governante mais neoliberal e privatizador teria pretensões de que as bibliotecas pudessem autofinanciar-se, ainda que minimamente.

E se o que pretendemos é inovar nesse aspecto e nos adiantarmos aos países desenvolvidos em

matéria de bibliotecas, a Colômbia já está fazendo isso, algumas vezes com excelentes edifícios e outras com seus variados e criativos serviços. Seria, porém, de muita utilidade observar que as bibliotecas que prestam os serviços mais eficientes são as que têm garantido o financiamento: a Biblioteca Luis Ángel Arango, por parte do Estado, e as das Cajas de Compensación, pela via privada. Afinal, são essas que estão se mostrando como exemplo para o mundo.

Para universalizar o acesso à cultura letrada são necessárias mudanças de ordem econômica, política e social que garantam maior igualdade na distribuição da riqueza e dos avanços do desenvolvimento. Mudanças que incluam e que se vinculem com a transformação e a melhoria da escola, ao mesmo tempo que permitam à população o acesso aos bens que são produtos da escrita. Mudanças que dão conteúdo real à luta contra a desigualdade que tanto se menciona como prioridade do Estado.

E, para que essas mudanças sejam possíveis e não se convertam em planos e programas que não saiam do papel por parte do governo, é preciso que estejam inscritas numa política pública formulada com a participação da sociedade civil: com sua experiência, com seu conhecimento e, por que não, com seus sonhos.

Políticas que envolvam mecanismos de ajuste permanente de acordo com as mudanças e as novas necessidades que a sociedade apresenta neste setor.

A propósito dessa política, acrescento algumas das conclusões que aparecem no documento produzido pelos Encontros Regionais (ÁLVAREZ, 2002) já mencionados:

Uma política pública de leitura e escrita é o produto de uma inter-relação dinâmica entre a sociedade que *inquire*, *compromete-se* e *propõe*, e o Estado que trabalha na busca do pleno reconhecimento e na promoção da leitura e da escrita como direitos essenciais das pessoas no mundo contemporâneo. Desse ponto de vista, o Estado ajuda a modelar, conduzir e projetar a sociedade, cumprindo com o fim último para o qual existe: promover o bem comum e o pleno desenvolvimento de todos. E a sociedade atua como instância básica que imprime ao Estado seu dinamismo, mas também a legitimidade e a pertinência necessárias para a ação pública. Por isso, ela permite tanto orientar as tarefas estatais como fortalecer a participação social, gerando uma cultura que aproxime o cidadão do exercício político e torne a política sensível às necessidades sociais. [...] Uma política pública é construída por todos aqueles que,

com sua atuação, com seus saberes e decisões, podem analisar, propor e modificar os modos de pensar, sentir e agir de uma comunidade (município, estado ou nação) em relação à leitura e à escrita. Para poder atuar como construtores da política, é preciso informar-se, formatar-se, mobilizar-se, fazer acompanhamento, avaliar e corrigir a marcha de uma política.

Tudo isso significa participar.